

# **AGENDA**

#### **APEOESP**

30/01 a 04/02

Reuniões de Representantes em todas as subsedes para discutir greve e outras propostas.

05/02

Assembleia Estadual virtual regionalizada.

08/02

Indicativo de greve da comunidade escolar em defesa da vida.

#### **CNTE**

03/02 e 04/02

Reunião da Direção e do Conselho Nacional de Entidades da CNTE definirá calendário de lutas de 2021.

#### CUT

01/02

Dia Nacional de Luta dos Servidores em Defesa do SUS, da Vacina já para todos e contra a Reforma Administrativa.

01/02 a 05/02

Ato de entrega do pedido de impeachment no Congresso.

06/02

Dia Nacional da Solidariedade e Luta pela Renda Emergencial.

15/02 e 16/2

Agito Popular pro Carnaval.

21/02

Dia Nacional de Carreatas Fora Bolsonaro.

08/03

Dia Internacional de Luta das Mulheres.

# I - CONJUNTURA NACIONAL

# A crise é anterior à pandemia

O ano de 2021 se iniciou com o agravamento da crise econômica, política e social no Brasil, colocando com mais força ainda a necessidade do impeachment de Jair Bolsonaro, elemento central de potencialização da crise, de retirada de direitos da classe trabalhadora e do povo, da ampliação da pandemia e de verdadeiro genocídio no nosso país.

O avanço neoliberal após a crise de 2008 no mundo, também teve reflexos no Brasil, através de políticas de privatizações e retirada de direitos sociais, principalmente direitos trabalhistas, mas também das políticas ambientais para favorecer interesses de grandes grupos econômicos privados internacionais e nacionais demonstra que essa crise não surgiu com essa pandemia.

Outro elemento importante para entendermos o atual contexto histórico foi o avanço das forças políticas conservadoras, geralmente assentadas na pauta de costumes, de discriminação e preconceitos direcionadas por uma sociedade construída a partir de uma estrutura social patriarcal, racista e excludente.

Esses elementos – neoliberalismo e conservadorismo, que hoje configuram o ultraliberalismo de BolsoDoria, por exemplo – cresceram em diversos lugares do mundo, com diferenças de nuanças, mas todos direcionados por uma narrativa discursiva pautada pelo ódio. Tais fatos expõem os limites da narrativa que insiste em vincular o mercado com a democracia como algo a ela inerente. A realidade, mais uma vez, demonstra sua farsa. No atual estágio de desenvolvimento histórico o capital não se acanha em avançar sobre o Estado de Direito para preservar seus lucros.

# A pandemia potencializou e externou as contradições

Todavia, o elemento novo que mudou o mundo no ano de 2020 foi a pandemia decorrente do novo coronavírus, infectando e matando milhões de seres humanos em todo mundo, desorganizando a economia, provocando aumento do desemprego e da precarização do trabalho.

No plano internacional, lideranças conservadoras, tendo à frente o então presidente dos EUA, Donald Trump, adotaram uma postura negacionista e se recusaram durante grande parte do tempo a adotar medidas responsáveis para enfrentamento da pandemia e acabaram potencializando o crescimento de mortes e infecções.

No Brasil, o governo Bolsonaro, através de suas ações e políticas irresponsáveis, contribuiu para o aumento do número de mortes e dificuldades na economia, ironizando os efeitos da crise e a necessidade de ações para resguardar os setores afetados pela mesma, em especial os setores mais carentes. Infelizmente ainda é significativo o apoio ao seu governo nesses segmentos sociais.

Vale lembrar que o valor do projeto de Bônus Emergencial enviado pelo Bolsonaro para o Congresso era de apenas R\$ 200,00 e ele se posicionou contrário à emenda parlamentar da oposição que aumentou o valor para R\$ 600,00. Porém, após aprovação passou a propagandear o valor aprovado como se fosse de sua autoria. Esse é um triste exemplo de como o uso frequente das fake news nas redes sociais tem sido fundamental para sustentar falsidades e criar confusões.

# Ação e estratégia da APEOESP foi fundamental para evitar o aumento do número de mortes

Com o início da pandemia no Brasil, a APEOESP buscou conversar com a categoria e com a sociedade apontando os riscos do descontrole da pandemia se as escolas permanecessem abertas, porque as condições da infraestrutura das escolas públicas, em especial, não apresentam as condições necessárias para garantia de segurança sanitária, conforme foi demonstrado em estudo realizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil em parceria com a APEOESP, disponível em http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/escolas-saudaveis/.

Além disso, os estudantes, bem como professores e demais profissionais da educação teriam que se deslocar em transporte público e poderiam ser infectados e transmitir o vírus para suas famílias e conhecidos.

Apesar da forte campanha dos grandes grupos de escolas privadas e setores da economia mais preocupados com seus lucros do que com as vidas das crianças e jovens, prevaleceu o apoio da maioria da sociedade, em especial dos estudantes e dos pais contra a volta às aulas presenciais sem condições de segurança.

Entretanto, o governo Doria/Rossieli, atendendo aos interesses dos grupos privados, iniciou o ano impondo a volta às aulas presenciais, tornando-se essa nossa principal luta neste momento, conforme abordaremos mais adiante.

# Governo Doria é farinha do mesmo saco que Bolsonaro

Desde o início da crise, o governador de São

Paulo tem realizado ações midiáticas tentando se diferenciar do Bolsonaro tendo como horizonte a eleição presidencial em 2022. Nem vamos nos deter na mentira, do discurso de campanha, de que terminaria o mandato de prefeito de São Paulo e não concorreria a governador do estado. Como tudo leva a crer, se repetirá com a eleição presidencial.

Porém, devemos nos lembrar que na eleição para o Governo do Estado a própria alcunha BolsoDoria foi criada pelo seu estafe de campanha para angariar votos dos eleitores do Bolsonaro na eleição de 2018. Alcunha da qual hoje ele procura se desvencilhar, em nome de seu projeto presidencial.

Quando afirmamos que os dois são "farinha do mesmo saco" é porque ambos defendem posições similares quanto ao serviço público, em especial daqueles afetos às camadas populares. Da mesma forma que o presidente Bolsonaro defende a privatização do Estado como vem tentando fazer com a Eletrobrás. os Correios, dentre outros – o governador Bolsodoria extinguiu ou abriu campo para transferir para a iniciativa privada diversas empresas estatais importantes para os serviços públicos. Além disso, a exemplo de Bolsonaro, realizou a reforma da previdência no início de 2020, em que aumentou a contribuição e tempo de trabalho para aposentadoria dos servidores públicos estaduais.

Como resultado da reforma da previdência, realizou por decreto o confisco nos salários de aposentados e pensionistas, cuja anulação é outra luta central para nós nesse momento.

### Secretário Rossieli inimigo da educação

Desde o início de sua gestão o secretário da Educação Rossieli Soares da Silva vem demonstrando seu perfil autoritário, desprezando o diálogo com as entidades da educação e impondo projetos e programas de cima para baixo.

Como os demais governos tucanos

anteriores, também aposta em propostas de terceirização da educação, transferindo ações educacionais que deveriam resultar do debate dos atores da escola para fundações e Institutos vinculados a grandes grupos empresariais, na maioria das vezes.

Uma tática muito utilizada por sua gestão é "atropelar" os Conselhos de Escola, um espaço legítimo, que tem a participação dos representantes da comunidade escolar. Nossa orientação tem sido para que os professores em diálogo com a comunidade escolar apresentem seus argumentos em defesa da escola pública democrática.

A APEOESP tem sido um polo de resistência fundamental a essas políticas, porém é preciso alertar que a disputa que ocorre na política no conjunto da sociedade também ocorre no âmbito escolar. Tem aumentado o número de ações de grupos negacionistas e conservadores que apontam os professores como inimigos e não como parceiros da educação.

É fundamental aprofundar o diálogo com a comunidade escolar e outros parceiros sociais locais na defesa de valores democráticos para uma escola pública de qualidade para todos e uma sociedade mais justa e democrática.

# Na política, quando nos omitimos, alguém ocupa esse espaço

Um dos motes mais comuns do discurso conservador é tentar despolitizar o debate, criando uma ilusão de que a escola existiria de forma isolada da sociedade. Essa narrativa não se sustenta, bastaria apontar que as relações entre políticas públicas sociais são mais perenes em gestões que priorizam os trabalhadores. Da mesma forma, ocorre o contrário, governos mais conservadores aplicam políticas mais autoritárias e de desvalorização dos serviços públicos.

Para os professores da rede pública estadual paulista que vivenciam há mais de vinte

anos governos tucanos de forma contínua não é preciso maior esforço intelectual para compreender a relação.

Todavia, a APEOESP tem um longo histórico de lutas e, nesse processo, percebeu que sua força aumenta quando articula suas lutas específicas com outros parceiros da sociedade. As recorrentes ações em parceria com a comunidade demonstram de forma nítida a sua importância.

A força da APEOESP também se manifesta quando a categoria consegue eleger representantes, em outros espaços institucionais, como Conselhos de Educação, etc. Um espaço importante são os cargos eletivos. Em diversos momentos da nossa história nas últimas décadas, elegemos deputados federais, deputados estaduais e inúmeros vereadores em todo estado.

Como resultado deste processo, obtivemos a eleição da presidenta da APEOESP, Professora Bebel, deputada estadual, potencializando a voz dos professores na Assembleia Legislativa em defesa dos nossos interesses.

Da mesma forma nas últimas eleições municipais tivemos diversos militantes da APEOESP concorrendo a cargos eletivos, e muitos foram vitoriosos. Tornam-se, assim, fundamentais para a defesa da educação pública e dos direitos e necessidades dos profissionais da educação e da comunidade escolar nas Câmaras Municipais.

# O novo Fundeb foi uma vitória, mas é preciso garantir sua regulamentação

Uma das principais lutas em 2020 foi a aprovação do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, na qual a APEOESP em conjunto com outras entidades da sociedade civil e a CNTE no plano nacional em conjunto com outras

entidades dos trabalhadores da educação do país tiveram a capacidade de construir um sólido apoio para aprovação do projeto de lei que garantiu a continuidade do Fundeb.

Lembramos que nossa entidade participou do Fórum pelo Fundeb Permanente, no âmbito da Alesp, que se tornou uma referência nacional, dialogando com membros da comissão especial do FUNDEB na Câmara dos Deputados e com prefeitos, secretários de educação, vereadores e entidades educacionais em âmbito estadual.

Na sua regulamentação o governo Bolsonaro tentou recolocar dispositivos para atender o setor privado da educação básica, porém foi novamente derrotado. Após uma vitória inicial na Câmara dos Deputados, o Senado derrubou as proposições governistas, garantindo verbas públicas para as escolas públicas, o Custo-Aluno-Qualidade (CAQ), o investimento de 5% na educação infantil, nos Municípios e a destinação de 70% do fundo para a valorização dos profissionais da educação, entre outros avanços.

Novamente, o papel da APEOESP na pressão sobre senadores e deputados foi fundamental.

# Em defesa da vida: Fora Bolsonaro!

A forma autoritária e irresponsável do

governo Bolsonaro provocou, desde o início, reações de importantes setores sociais – como a OAB - em especial naquelas que colocou em risco o próprio equilíbrio do Estado democrático, afrontando de forma desrespeitosa os outros poderes da República, como o Supremo Tribunal Federal (STF).

Porém, a sua postura frente à pandemia provocando milhares de mortes em todo país e mais recentemente as mortes em Manaus reduziram ainda mais sua base de apoio social.

Apesar das dificuldades de mobilização e procurando seguir minimamente os protocolos de segurança sanitária, a sociedade começou a se mobilizar, inicialmente com panelaços e depois com carreatas e outras formas de manifestações.

No dia 23 de janeiro a população saiu em carreatas em todo país e no estado de São Paulo foi fundamental a participação dos professores, em especial nos atos regionais após convocação da direção do Sindicato. No dia 31 de janeiro, mais uma vez, a população em todo país saiu às ruas e com mais força ecoou seu grito "Fora Bolsonaro!".

Como em outros momentos da nossa história em que a APEOESP ocupou um papel de destaque na luta pela redemocratização, vamos fazer história na retomada da democracia.

# II - CAMPANHAS

#### a) Nossa luta incondicional é em defesa da vida!

#### Em discussão, a greve da educação

No momento atual nossa luta pela vida coloca para a categoria a necessidade de

deliberar sobre a greve da educação para impedir a volta às aulas presenciais em pleno agravamento da pandemia.

De forma irresponsável, o secretário da educação insiste em colocar em risco a vida de professores, estudantes, funcionários e suas famílias. Isso nada tem a ver com um suposto compromisso com o direito à educação, mas com a atendimento a setores privatistas e a uma queda de braço com a APEOESP, que já

vem se verificando desde o início da pandemia, em março de 2020.

Se é verdade, como sempre dissemos, que o ensino presencial é fundamental para a aprendizagem dos estudantes, não é possível abstrair que estamos em um momento atípico, com a pandemia se agravando, ainda mais, e no qual está em jogo a vida das pessoas. Neste momento, a resposta adequada é continuarmos realizando as atividades educativas de forma remota. Aprendizagem se recupera, vidas não!

Por isso, quando o secretário anunciou a volta às aulas a partir de 1 de fevereiro, mesmo nas regiões que estivessem em fases vermelha e laranja (as mais graves da pandemia), a APEOESP foi à justiça e realizamos um ato simbólico em frente à SEDUC, no dia 22 de janeiro. Nesse meio tempo o governo recuou da data inicial, programando a volta às aulas presenciais para 8 de fevereiro, mas manteve atividades presenciais para os professores em 29/1 e de 1 a 5 de fevereiro.

Demonstrando mais uma vez todo o seu autoritarismo, o secretário impediu que uma comissão de cinco professores entrasse na secretaria para protocolar um ofício.

O fato é que Rossieli quer esconder as consequências de sua decisão irresponsável. A resolução do secretário é tão criminosa que veda às escolas a divulgação dos casos de Covid-19 que porventura sejam identificados no ambiente escolar. Uma medida que contraria o direito da população de ser informada e o princípio da transparência na administração pública. Será responsabilizado pelos casos de contágio que ocorrerem, bem como o governador.

#### Luta em todas as frentes

Além da luta contra a volta às aulas presenciais, também vínhamos lutando desde dezembro para que os profissionais da Educação estejam na primeira fase da vacinação, tendo em vista que teremos que lidar com milhões de estudantes e também

com pais e mães e, assim, um enorme potencial de contaminação nas escolas que, como já dissemos, não possuem as condições adequadas para a aplicação dos protocolos sanitários.

Na ação judicial que movemos, anexamos parecer do médico da USP Paulo Saldiva, que demonstrou os problemas que adviriam da volta às aulas sem a vacinação dos professores, ampliando a contaminação.

Lamentavelmente, após conquistarmos a liminar, proibindo a volta às aulas presenciais nas fases vermelha e laranja, o presidente do Tribunal de Justiça atendeu o pedido do governador e suspendeu a liminar. Ingressamos com recurso, inclusive anexando novos elementos, e continuamos na luta para impedir esse verdadeiro crime.

Durante o planejamento presencial, professores e professoras constataram inúmeras deficiências nas escolas, enviando fotos para diretoria da APEOESP. Em muitas unidades foi feita uma espécie de maquiagem, com pintura e outros reparos, que não resolvem problemas estruturais, como salas pequenas, mal ventiladas, poucos banheiros, áreas de circulação inadequadas em um momento de pandemia, deficiências de manutenção e outras.

Também é gritante a falta de funcionários suficientes para os protocolos de segurança sanitária e para a limpeza, que deveria ser realizada a cada três horas. Além disso, materiais e equipamentos de proteção individual são insuficientes e até mesmo o álcool em gel distribuído pela SEDUC já esgotou seu prazo de validade.

No dia 29 de janeiro, cumprindo deliberação de nossa reunião de CER do dia 23 de janeiro, realizamos uma carreata da Avenida Paulista à SEDUC, para dizer ao secretário que não aceitamos sua postura genocida e que poderemos ir à greve no dia 8 de fevereiro.

#### Greve em defesa da vida

Este é o debate central da assembleia

estadual regionalizada que realizaremos nesta sexta-feira, 5 de fevereiro, cujas instruções já foram enviadas a todos por meio do boletim APEOESP Informa Urgente 19.

Trata-se de paralisar a rede estadual de ensino para impedir que mais vidas sejam perdidas pela irresponsabilidade deste secretário da Educação e do governador do Estado. Para isso, é preciso que a categoria esteja convencida, disposta e que realmente adira à paralisação.

Volta às aulas presenciais, só com vacinação e todas as condições para a execução dos protocolos de segurança sanitária nas escolas.

Por isso, encaminhamos às subsedes ofícios a serem protocolados nas diretorias de ensino e nas escolas para que sejam informadas todas as providências para a garantia desses protocolos e para que possam ser formadas comissões de fiscalização, compostas por professores, funcionários, estudantes, pais, mães, Ministério Público e imprensa.

Uma pesquisa sobre a volta às aulas presenciais, a greve e o confisco nos salários dos aposentados e pensionistas está disponível em http://www.apeoespcadastro.org.br/APW30/w\_enquetes/enquete.php?id=922.

# b) Anulação do confisco nos salários de aposentados e pensionistas também é pauta da nossa greve

A APEOESP vem desenvolvendo uma forte campanha pela anulação do criminoso confisco nos salários dos aposentados e pensionistas imposto pelo governo Doria. Este é um segmento muito importante da nossa categoria e essa injustiça não pode continuar. Por isso, a luta contra o confisco também é parte da greve que a APEOESP está indicando para ter início em 8/2. As reuniões de

representantes deverão debater essa questão e definir propostas de mobilizações (carretas) estaduais a serem realizadas nas ruas da capital e também na Alesp. As propostas serão discutidas e deliberadas pela assembleia virtual regionalizada do dia 5/2. Essa questão também faz parte da pesquisa disponível no portal da APEOESP.

#### Campanha Salarial e Valorização Profissional

A perda salarial dos professores da rede pública estadual nos últimos anos vem se acumulando no decorrer dos contínuos governos tucanos no estado de São Paulo, agravando a situação de descaso com nossa categoria e a escola pública paulista. Apenas para repor as perdas salariais relativas ao piso salarial profissional nacional nos últimos anos será necessário um reajuste de 29,5%.

Da mesma forma é fundamental que a Secretaria da Educação cumpra a deliberação final do Supremo Tribunal Federal (STF) pela constitucionalidade da jornada do piso (mínimo de 1/3 das aulas para atividades sem alunos). A APEOESP já oficiou à SEDUC para que cumpra imediatamente a lei na rede estadual de ensino e essa é uma de nossas prioridades.

Outra luta fundamental na nossa campanha salarial é a luta pela regulamentação da estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação instituindo uma forma justa de contratação dos professores contratados temporariamente.

